

mercado

Como é o orçamento de Lula

Os números para entender o que o governo pode fazer para ajustar as contas

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Luiz Inácio Lula da Silva mandou o Ministério da Fazenda refazer seu plano para gastos e dívida porque quer aumentar a despesa em saúde e educação. Talvez tenha pedido outras mudanças.

A Fazenda não dá informações sobre o "novo arcabouço fiscal", o novo método de conter gastos e dívida. A esse respeito, o pouco que vazou de outros ministérios é confuso, irrelevante ou errado.

O assunto é motivo de controvérsia grande e raivosa. A discussão ficaria melhor se a gente tivesse noção de como

andam as contas do governo.

Nos anos de Lula 2, a receita do governo federal foi em média de 19,2% do PIB. Ou seja, de toda a renda (ou produção) da economia em um ano, o governo federal ficava com essa fatia para gastar.

Foi o período de melhor ritmo de crescimento da economia e da maior arrecadação nas últimas quatro décadas. Sem criar novos impostos, é difícil que a receita federal vá além da média de Lula 2.

Atualmente, a receita disponível é de 18,9% do PIB. Não é muito menor. A diferença re-

levante é que, nos anos de Lula 2, a despesa média foi bem menor, de 17,3% do PIB. Ou seja, depois de pagas as contas, ainda sobrava o equivalente a 1,9% por ano, em média ("para pagar juros"). É o que se chama de superávit primário. Essas contas não incluem despesas com juros da dívida pública.

Estima-se que, ao final deste ano, a receita terá sido de 17,8% do PIB. Deve diminuir porque o crescimento será mais fraco e porque não haverá a arrecadação excepcional devida ao preço de commodities, em particular do petróleo. A despesa

deve ser de 18,8%. Ou seja, haverá um déficit primário equivalente a 1% do PIB. É mais ou menos R\$ 100 bilhões.

Quais despesas aumentaram ou diminuirão, de Lula 2 para o primeiro ano de Lula 3? O gasto com a Previdência (INSS) passou de 6,6% para 8,2% do PIB, aumento de 1,6% do PIB. Sob Lula 2, gastava-se 0,35% do PIB em Bolsa Família. Neste ano, deve ir a 1,65% do PIB. Mais 1,3% do PIB.

A segunda maior despesa do governo federal, salários, Previdência e benefícios de servidores públicos, diminuiu, em

particular por causa do arrocho de Jair Bolsonaro: foi de 4,5% para 3,6% do PIB. Nos anos seguintes, deve ter um pequeno aumento, por causa de reajustes e contratações.

É possível aumentar a receita. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) insinua que gostaria de que o governo tivesse ao menos o equivalente à receita do último ano de Bolsonaro: 18,9% do PIB. Precisa de mais imposto.

Com essa receita e sem aumento de gasto, o governo fica no zero a zero, sem déficit nem superávit. Mas: 1) o governo precisa fazer superávit, a fim de conter a dívida pública; 2) Lula quer aumentar o gasto.

Haddad passou a falar em "recomposição" de despesas de saúde e educação. As mudanças embutidas no teto de Michel Temer de fato diminuíram essas despesas. Suponha-se que a despesa de saúde e educação seja levada aos pi-

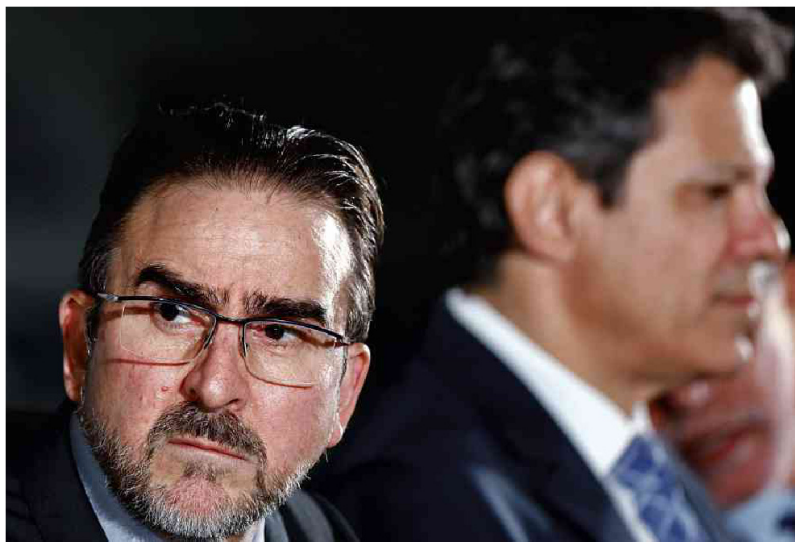
cos do passado. Isto é, ao maior valor de qualquer ano desde 2003. Implicaria um aumento de despesa de 0,6% do PIB.

Lula quer aumentar também o investimento público, ora na casa de 0,5% do PIB, uma ninharia e um problema sério. Também relevante, quer aumentar o salário mínimo além da inflação, o que eleva o gasto com Previdência.

Em resumo, Lula precisa aumentar a receita em 1% do PIB para apenas equilibrar as contas, mas precisa de mais, pois quer mais despesas e precisa de algum superávit.

Onde cortar despesas? Previdência, servidores, assistência social, saúde e educação são 86% dos gastos. Uma alternativa óbvia é aumentar o tamanho da economia, do PIB, acelerar o crescimento: haveria mais dinheiro sem aumentar a despesa em relação ao PIB.

Esse é o resumo da ópera. vinicius.torres@grupofolha.com.br



Bernard Appy, secretário para a reforma tributária, ao lado do ministro Fernando Haddad. Adriano Machado - 13.mar.2023/Reuters

Governo tenta conter pressão por exceções na reforma tributária

Secretário na Fazenda, Bernard Appy reconhece que alguns segmentos podem ter tratamento diferenciado

Danielle Brant

BRÁSILIA Mesmo com a posição firme do governo na defesa de uma reforma tributária sem exceções, setores já se articulam para tentar obter um tratamento favorecido no texto em meio a temores de aumento da carga tributária e elevação de custos.

Desde que as discussões foram retomadas no começo de 2023, a principal voz contra a adoção de uma diferenciação entre setores é a do secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy.

Em entrevista à Folha no começo de março, ele defendeu que a reforma seja a mais homogênea possível e afirmou que "quanto mais exceção tiver [...], maior tem que ser a alíquota básica para poder manter a carga tributária".

Natereza-feira (21), em reunião da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), Appy voltou a defender que o texto evite as flexibilizações. "A gente sabe que, por uma questão política, vai acabar tendo algumas exceções", dis-

se. "O ideal é que seja o mínimo possível, a regra mais homogênea possível."

No dia seguinte, em evento da CNSaúde (Confederação Nacional de Saúde), ele reconheceu ser "muito provável que acabe tendo alguns tratamentos diferenciados para alguns setores. "Muito provavelmente o setor de saúde vai estar entre esses, já tem sinalizações disso", complementou. "A decisão se vai ter será do Congresso Nacional."

No grupo de trabalho que discute o tema, as confederações setoriais começam a ser ouvidas em audiências nesta semana — na quarta-feira (29) há a previsão de participação da ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento).

Na primeira tentativa de discutir a reforma, em 2021, um rol de setores recebeu a sinalização de que poderia ter algum tratamento diferenciado no texto final.

Atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais, educação, saúde, transporte público coletivo e rodoviário de cargas e

entidades beneficentes de assistência social são citadas no substitutivo apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator na comissão mista que analisou o mérito das PECs 45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), e 110, do Senado. O colegiado acabou extinto em maio de 2021 por falta de previsão regimental.

“Se não fizer a desoneração da folha de pagamento, essa reforma tributária não passa de jeito nenhum”

Luigi Nese
presidente da Confederação Nacional de Serviços

nas palavras do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Nas discussões de 2023, saúde, educação e agronegócio são citados como potenciais exceções a constar do texto final de Ribeiro, escolhido novamente para relatar a PEC.

Os setores defendem a necessidade de um tratamento diferenciado. A CNSaúde encomendou um estudo à LCA Consultores que apontou para um aumento de carga de 9,9% para 25% a 32%, caso seja adotada uma alíquota única.

“Os argumentos do secretário são de que haverá aumento do PIB e que a facilitação burocrática do sistema trariam ganhos. Só que esses ganhos são possíveis ou não”, diz o presidente da confederação, Breno Monteiro. Ele argumenta que o setor de saúde tem desequilíbrios, com operadoras de planos apresentando déficit e aumento de custo de insumos.

Com um aumento e repasse de custos, complementaria, poderia haver uma fuga de pessoas do setor privado para o sistema público de saúde.

Na educação, a argumentação segue linha parecida. A professora Amábele Pacios, do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, afirma que o setor privado, com a educação básica e o ensino superior, desorbita o Estado a arcar com R\$ 288 bilhões.

“Isso significa que, se a gente cessar as nossas atividades, esse é o dinheiro que o governo tem que pôr [na rede pública] para manter as crianças e jovens que estão estudando conosco”, afirma.

“Não pode mais haver oneração para a gente, porque sig-

nificaria diretamente aumento de mensalidade.”

O agro cita a experiência internacional para defender que o setor tenha um regime especial na reforma.

Países que usam o IVA, principalmente os da OCDE, têm tratamento favorecido para as atividades agropecuárias. De 35 países, 4 não têm alíquota favorecida para o agro, que são Chile, Dinamarca, Estônia e Nova Zelândia. São países que não têm tradição de produção agropecuária como o Brasil”, afirma Renato Conchon, coordenador do núcleo econômico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

No relatório de 2021 da PEC 45, o regime especial para o setor tinha caráter temporário, o que é criticado por Conchon. “Esse tratamento diferenciado estaria previsto apenas durante a transição dos impostos. Depois que o IBS [Imposto sobre Bens e Serviços] começasse a valer, essa transição acabaria e seria alíquota única para todo mundo. A gente quer o tratamento favorecido para o agro e para os outros setores de maneira permanente na Constituição.”

No caso do setor de transportes, que também teve previsão de regime especial transitório no substitutivo de 2021, a crítica envolve a falta de transparência sobre os dados.

“A gente pede desde o governo anterior que a Receita Federal demonstre os números para justificar a alíquota. Por que tem que ser 25% ou 32%?”, questiona o presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte), Vander Francisco Costa.

Para ele, a desoneração da folha de pagamentos ajudaria a compensar esse aumento de carga tributária que seria decorrente da reforma.

“São duas situações distintas. No transporte de cargas, o aumento a gente vai passar para a escala e onerar o produto final. Mas, passageiro é complicado”, diz. “Se você pegar uma alíquota de transporte de passageiro urbano, que hoje paga ISS de 3% a 5%, e jogar 25% [de tributo], aumenta a passagem de ônibus de 20% a 30%. É um problema.”

A CNT defende três alíquotas: uma básica, para a maior parte dos setores; uma alíquota menor para serviços essenciais como saúde, educação e transporte de passageiros; e uma alíquota seletiva para maior imposto de itens como tabaco e bebida alcoólica.

A desoneração sobre salários é defendida pelos setores de serviços e comércio. Luigi Nese, presidente da CNS (Confederação Nacional de Serviços), afirma que a carga maior sobre o setor é salário, que pode representar até 80% do custo. “Se não fizer a desoneração da folha de pagamento, essa reforma tributária não passa de jeito nenhum.”

Cade aprova consórcio que unirá Ultragas e Supergasbras

Lucas Marchesini

BRÁSILIA O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou o consórcio entre Supergasbras e Ultragas, apurou a Folha. A decisão foi tomada na sexta-feira (24) e deve sair no DOU (Diário Oficial da União) na segunda-feira (27).

O negócio entre as duas companhias envolve a troca de informações comerciais sensíveis e por isso precisou passar pela autoridade de antitruste. Além disso, as empresas poderão compartilhar suas estruturas operacionais.

O arranjo encontrado pelas duas companhias evitou que o Cade reprovasse a operação em um mercado concentrado. A autarquia impediu a compra da Liguigas pela Ultragas há cinco anos e a subsidiária da Petrobras acabou ficando com Copagaz e Itaúsa.

A Liguigas teve a venda concluída em dezembro de 2022, e rendeu R\$ 4 bilhões à Petrobras. O negócio fez parte da estratégia de desinvestimento da estatal, que se desfaz de diversos ativos nos últimos anos.

Com isso, a Copagaz passou para a liderança do setor, com 24,5% do mercado em 2022. Em seguida vem a Ultragas, com 23,1%, e a Nacional Gás, com 21,8%. A Supergasbras é a quarta com maior participação, 20,8%. O restante do mercado é dividido entre companhias menores, com participação inferiores a 10%.

A operação entre a Supergasbras e a Ultragas foi questionada por uma concorrente, a Copagaz. Para a competidora, o feito prático do negócio é a fusão e, por isso, deveria ser impedida, para preservar a concorrência no setor.

A Superintendência Geral do Cade não entendeu a operação dessa maneira. Ela funciona como uma primeira instância no órgão e tem o poder de aprovar operações ou então remeter as para o tribunal administrativo, que tem a palavra final sobre os acordos.

O colegiado é composto por seis conselheiros e um presidente. Qualquer um deles pode discordar de uma decisão da superintendência e pedir que um negócio aprovado na primeira instância passe pelo crivo do conselho.